



RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 006/2016/TCM-PA, de 16 de fevereiro de 2016.

ALTERA A REDAÇÃO DE ARTIGOS DA RESOLUÇÃO Nº 006/2015/TCM-PA, DE 28 DE MAIO DE 2015, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE ÉTICA DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais;

Considerando a necessidade de correção e adequação na redação de artigos específicos do Código de Ética dos Servidores deste Tribunal;

RESOLVE:

Art. 1º. O art. 5º da **Resolução nº 006/2015/TCM-PA, de 28 de maio de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:**

Art. 5º. São princípios e valores fundamentais a serem observados pelos servidores do TCM-PA, no exercício do seu cargo ou função: (NR)

Art. 2º. Os incisos do art. 6º da referida Resolução passam a ser renumerados, sequencialmente, de I a XXVI. (NR)

Art. 3º. Os incisos do art. 9º da referida Resolução passam a ser renumerados, sequencialmente, de I a XXIII. (NR)

Art. 4º. O Inciso XX do art. 9º da referida **Resolução, passa a vigorar com a seguinte alteração:**

Art. 9º.

XX – REVOGADO; (NR)

Art. 5º. O parágrafo único do art. 12 da referida Resolução, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12.

Parágrafo Único. A portaria que nomeará a Comissão que se refere o caput deverá ser publicada no Diário Oficial, com a indicação dos nomes dos membros titulares e dos respectivos suplentes, com mandato de 02 anos, vedada a recondução automática. (NR)

Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios, em 16 de fevereiro de 2016.

NOTA TÉCNICA

Art. 11.

II – Instruir processos éticos contra os Membros do Tribunal de Contas;

Explicação:

A versão original do Inciso II prevê “Instruir processos **disciplinares** ...”, todavia a competência para instrução de processo disciplinar é do Corregedor, nos termos da Lei Orgânica e RITCM-PA.

Art. 13. O processo ético poderá ser instaurado de ofício ou por representação fundamentada, e com identificação completa do interessado, acompanhada da documentação com a qual pretende provar o alegado e, se for o caso, arrolando testemunhas, limitadas a 03 (três).

Parágrafo único. Na hipótese de representação, a Comissão de Ética poderá, de ofício, por meio de decisão fundamentada, determinar o arquivamento dos autos.

Explicação:



A versão original do *caput* do art. 13 prevê “O processo ético **será** instaurado ...”, mas não prevê a identificação do interessado, e as modificações inseridas se referem, no primeiro caso, à possibilidade do processo ético ser instaurado, e, no segundo caso, pelo fato de que a legislação em vigor veda o anonimato.

Com a inclusão do parágrafo único concebe-se a possibilidade de arquivamento de ofício, pela Comissão, quando a representação não reunir condições de prosseguimento.

Art. 14. Precederá à instauração, a audiência do requerido, que, intimado, apresentará manifestação prévia, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, por si ou por advogado legalmente habilitado.

§1º. Acolhida preliminarmente a manifestação prévia, o processo será arquivado, não podendo, pelos mesmos motivos, ser reaberto.

Explicação:

A versão original do *caput* do art. 14 prevê “Precederá à instauração, a audiência do **interessado** ...”, e a substituição de interessado para requerido objetiva tornar mais claro e diferenciado do interessado que ingressa com a representação.

A inclusão da palavra “... **prévia**” no §1º objetiva possibilitar melhor distinção entre a manifestação prévia e a defesa.

Art. 15. A transgressão de preceito deste Código constitui infração ética, sujeitando o infrator às penalidades na forma estabelecida neste Código, sem prejuízo daquelas previstas em legislação infraconstitucional.

Explicação:

A inclusão da expressão “... **sem prejuízo daquelas previstas em legislação infraconstitucional**” está em conformidade ao previsto pela ATRICON.

Art. 16.

II – Advertência confidencial em aviso reservado;

III – Censura ética em publicação oficial.

IV – REVOGADO.

§1º. As penalidades previstas neste artigo deverão ser expressas, por ordem do Presidente, e sem qualquer outra formalidade, anotadas na ficha funcional.

§2º. É vedada a expedição de certidão da penalidade aplicada, salvo quando requerida pelo próprio requerido ou, devidamente justificada, por autoridade pública para instrução de processo.

Explicação:

A inclusão da expressão “... **confidencial em aviso reservado**” no Inciso II, e da expressão “... **em publicação oficial**” no Inciso III, do art. 16, decorrem da necessidade de explicitação das formas de aplicação dessas penalidades, em conformidade à legislação vigente.

A versão original do Inciso IV prevê “**Proposta de demissão à autoridade hierarquicamente superior, quando houver fundamentação legal para tanto**”, todavia não cabe esta sanção aos Membros do TCM-PA.

A versão original do §1º prevê “As penalidades previstas neste **caput** ...”, mas o texto correto é “... neste artigo”.

A versão original do §2º prevê “... salvo quando requerida pelo próprio **interessado** ...”, e a substituição de interessado para requerido objetiva tornar mais claro e diferenciado do interessado que ingressa com a representação.